

RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.491 - SP (2015/0186563-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : JOAQUIM PACCA JUNIOR
RECORRENTE : REGINA MARIA MOREIRA PACCA
ADVOGADO : ALEXANDRE HILÁRIO SILVESTRE E OUTRO(S) - SP181765
RECORRIDO : CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTA
ADVOGADOS : JOAO LINCOLN VIOL - SP089700
MARIO FERREIRA BATISTA E OUTRO(S) - SP139613

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por JOAQUIM PACCA JUNIOR e OUTRA, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 158/163, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Arguição da nulidade do r. *decisum* recorrido - Inocorrência - Atos praticados por advogados sem procuração nos autos, devidamente ratificados no prazo determinado pelo Juízo *a quo* - Validade - Aplicação do artigo 37 do Código de Processo Civil - A 17ª Câmara da Seção de Direito Privado não está preventa para julgar o presente recurso, em virtude do julgamento do Agravo de Instrumento nº 9007949-44.2008.8.26.0000, proferido por esta Turma Julgadora no ano de 2008 - Insurgência contra a r. decisão que determinou a penhora dos imóveis pertencentes a terceiros, tornando ineficazes as alienações - Fraude à execução caracterizada, vez que a alienação dos referidos bens ocorreu após a citação dos executados na demanda de execução - Inteligência do inciso II, do artigo 593 do Estatuto Adjetivo Civil - Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 185/209, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos 37, 535 e 593 do Código de Processo Civil de 1973 e, ainda, à Súmula 375 do STJ.

Sustentam, para tanto, preliminarmente: **a)** negativa de prestação jurisdicional pela instância de origem, porquanto: **a.1)** permaneceu silente quanto aos requisitos elencados na Súmula 375 do STJ, quanto à existência de registro prévio de penhora ao bem alienado e à necessidade de prova de má-fé do terceiro adquirente; e, **a.2)** a irregularidade da representação do patrono *ex adverso* que restou sanada apenas dois anos após o requerimento de declaração de fraude à execução. No mérito, repisam as teses de: **b)** vicissitude, quando do pedido de declaração de fraude à execução, da representação do patrono da recorrida; e, **c)** necessidade de registro prévio do penhora do bem alienado ou a prova de má-fé do terceiro adquirente, nos termos da Súmula 375 do STJ.

Contrarrazões (fls. 245/253, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 258/261 e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece, em parte, prosperar.

1. Cumpre destacar, preliminarmente, que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n.º 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Como é sabido, nos termos da Súmula 375 do STJ, o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. Côncios da necessidade de conjugação de ambos os requisitos autorizativos consagrados por esta Corte Superior, os recorrentes postularam expressamente nas razões dos embargos aclaratórios opostos às fls. 166/174 (e-STJ), que o Tribunal *a quo* justificasse a presença, na hipótese, dos elementos autorizativos conditos no retrocitado enunciado sumular.

A Corte Estadual, contudo, consoante se depreende do acórdão juntado às fls. 178/182 (e-STJ), quando do julgamento do agravo de instrumento, à luz do conjunto fático-probatório dos autos, se, na hipótese, houve ou não registro da penhora do bens em debate ou se houve ou não a comprovação da má-fé dos adquirentes.

O exame deste pontos é essencial para que na instância superior possa se examinar se ou não cabível o reconhecimento de fraude à execução, cumprindo, portanto, à instância ordinária sanar estes pontos omissos no julgado ora recorrido, para que a matéria seja plenamente devolvida à análise do Superior Tribunal de Justiça.

Em razão do reconhecimento da omissão do aresto ora hostilizado, resta prejudicado o exame das demais questões aduzidas no apelo nobre.

3. Ante o exposto, com amparo na Súmula 568 do STJ, dou provimento ao recurso especial tão-somente para reconhecer a negativa de prestação jurisdicional pela Corte Estadual, anulando o acórdão de fls. 178/182 (e-STJ), a qual deverá responder pontualmente as omissões nos termos em que foram alegadas.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator